



## Psicólogo / Área: Psicologia Educacional

Prezado(a) Candidato(a),

Para assegurar a tranquilidade no ambiente de prova, a eficiência da fiscalização e a segurança no processo de avaliação, lembramos a indispensável obediência aos itens do Edital e aos que seguem:

01. Deixe sobre a carteira **APENAS caneta esferográfica de tubo transparente e documento de identidade**. Os demais pertences devem ser colocados embaixo da carteira, em saco entregue para tal fim. Os **celulares devem ser desligados**, antes de guardados. O candidato que for apanhado portando celular será automaticamente eliminado do certame.
02. Anote o seu número de inscrição e o número da sala, no espaço reservado neste Caderno de Questões.
03. Antes de iniciar a resolução das 50 (cinquenta) questões, verifique se o Caderno está completo e se as questões seguem a seguinte ordem: de 01 a 10 – Língua Portuguesa; de 11 a 20 – Legislação e de 21 a 50 – Conhecimentos Específicos. Qualquer reclamação de defeito no Caderno deverá ser feita nos primeiros 30 (trinta) minutos após o início da prova.
04. Ao receber a Folha Resposta, confira os dados do cabeçalho. Havendo necessidade de correção de algum dado, chame o fiscal. Não use corretivo nem rasure a Folha Resposta.
05. A prova tem duração de **4 (quatro) horas** e o tempo mínimo de permanência em sala de prova é de **1 (uma) hora**.
06. É terminantemente proibida a cópia do gabarito, conforme subitem 13.16 do Edital.
07. A Folha Resposta do candidato será disponibilizada em sua área individual na data estabelecida no Cronograma de Atividades.
08. Ao terminar a prova, não esqueça de assinar a Lista de Presença e Ata de Sala e a Folha Resposta, no campo destinado à assinatura, e de entregar o Caderno de Questões e a Folha Resposta ao fiscal de sala.

Atenção! Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala simultaneamente e após a assinatura na Lista de Presença e Ata de Sala.

Boa prova!

Fortaleza, 22 de fevereiro de 2026.

Inscrição

Sala

01 Era uma festa. Comemorávamos a vinda de um bebê que ainda morava na barriga da mãe.  
02 Eu havia acabado de segurá-la para que ela passasse a pequena mão na água da fonte do jardim.  
03 Ela tentava colocar o dedo gorducho no buraco para que a água se espalhasse, como tinha visto  
04 uma criança mais velha fazer. Parecia encantada com a possibilidade de controlar a água. Tem 1  
05 ano e oito meses, cabelos cacheados que lhe dão uma aparência de anjo barroco e uns olhos  
06 arregalados. Com olheiras, Catarina é um bebê com olheiras, embora durma bem e muito. De  
07 repente, ela enrijeceu o corpo e deu um grito: “A menina.... A menina.... Quebrou”.

08 Era um grito de horror. O primeiro que eu ouvia dela. Animação, manha, dor física, tudo  
09 isso eu já tinha ouvido de sua boca bonita. Aquele era um grito diferente. Não parecia um tom que  
10 se pudesse esperar de alguém que ainda precisava se esforçar para falar frases completas. Catarina  
11 estava aterrorizada. “A menina... A menina...” Ela continuava repetindo. Olhei para os lados e  
12 demorei um pouco a enxergar o que ela tinha visto em meio a tanta gente. Uma garota, de uns 10,  
13 12 anos, talvez, com uma perna engessada. “Quebrou...” Catarina repetia. “A menina... quebrou.”

14 Ela não olhava para mim, como costuma fazer quando espera que eu esclareça alguma  
15 novidade do mundo. Era mais uma denúncia. Pelo resto da festa, ela gritou a mesma frase, no  
16 mesmo tom aterrorizado, sempre que a menina quebrada passava por perto. Nos aproximamos da  
17 garota, para que Catarina pudesse ver que ela parecia bem, e que os amigos se divertiam  
18 escrevendo e desenhando coisas no gesso, mas nada parecia diminuir o seu horror. Os adultos  
19 próximos tentaram explicar a ela que era algo passageiro. Mas ela não acreditava. Naquele sábado  
20 de janeiro Catarina descobriu que as pessoas quebravam.

21 Eu a peguei, olhei bem para ela, olho no olho, e tentei usar minha suposta credibilidade de  
22 madrinha: “A menina caiu, a perna quebrou, agora a perna está colando, e depois ela vai voltar a  
23 ser como antes”. Catarina me olhou com os olhos escancarados, e eu tive a certeza de que ela não  
24 acreditava. Ficamos nos encarando, em silêncio, e ela deve ter visto um pouco de vergonha no  
25 assoalho dos meus olhos. Era a primeira vez que eu mentia pra ela. E dali em diante, ela talvez  
26 intuisse, as mentiras não cessariam. Naquela noite, depois da festa, fui dormir envergonhada.

27 O que eu poderia dizer a você, Catarina? A verdade? A verdade você já sabia, você tinha  
28 acabado de descobrir. As pessoas quebram. Até as meninas quebram. E, se as meninas quebram,  
29 você também pode quebrar. E vai, Catarina. Vai quebrar. Talvez não a perna, mas outras partes de  
30 você. Membros invisíveis podem fraturar em tantos pedaços quanto uma perna ou um braço. E  
31 doer muito mais. E doem mais quando são outros que quebram você, às vezes pelas suas costas,  
32 em outras fazendo um afago, em geral contando mentiras ou inventando verdades. Gente cheia de  
33 medo, Catarina, que tem tanto pavor de quebrar, que quebram outros para manter a ilusão de que  
34 são indestrutíveis e podem controlar o curso da vida. E dão nomes mais palatáveis para a inveja e  
35 para o ódio que os queima. Mas à noite, Catarina, à noite, eles sabem.

36 E, Catarina, você tem toda a razão de duvidar. Depois de quebrar, nunca mais voltamos a  
37 ser como antes. Haverá sempre uma marca que será tão você quanto o tanto de você que ainda não  
38 quebrou. Viver, Catarina, é rearranjar nossos cacos e dar sentido aos nossos pedaços, os novos e os  
39 velhos, já que não existe a possibilidade de colar o que foi quebrado e continuar como era antes. E  
40 isso é mais difícil do que aprender a andar e a falar. Isso é mais difícil do que qualquer uma das  
41 grandes aventuras contadas em livros e filmes. Isso é mais difícil do que qualquer outra coisa que  
42 você fará. (...)

Adaptado de: BRUM, Eliane. A menina quebrada. Revista Época. 28/01/2013. Disponível em  
<<http://elianebrum.com/opiniao/colunas-na-epoca/a-menina-quebrada/>>. Acesso em 18 jan.  
2026.

01. Da leitura do texto, é correto afirmar que:
- A) as pessoas precisam aprender a lidar com as marcas que ficam depois que elas quebram.
  - B) assim como a menina quebrada, Catarina um dia também irá fraturar uma perna ou um braço.
  - C) algumas pessoas não quebram porque são poderosas o suficiente para controlar o curso da vida.
  - D) o fato de que não voltarmos a ser como antes depois de quebrar revela nossa incapacidade de superação.
02. No trecho “Eu havia acabado de segurá-la para que ela passasse a pequena mão na água da fonte do jardim.” (linha 02), o termo em destaque refere-se a:
- A) uma bebê recém-nascida.
  - B) uma criança mais velha.
  - C) a afilhada da narradora.
  - D) a menina quebrada.
03. No trecho “Era mais uma **denúncia**” (linha 15), a palavra que, caso substituísse o termo destacado, melhor conservaria seu sentido seria:
- A) incriminação.
  - B) indagação.
  - C) negação.
  - D) asserção.
04. Assinale a alternativa que ordena os termos do geral para o particular.
- A) mãe (linha 01) / bebê (linha 01).
  - B) bebê (linha 06) / Catarina (linha 06).
  - C) menina (linha 07) / criança (linha 04).
  - D) perna (linha 29) / membros (linha 30).
05. Sobre a organização do segundo parágrafo do texto, é correto afirmar que ele se desenvolve preferencialmente a partir:
- A) do confronto entre as ideias da autora e de sua afilhada sobre uma garota.
  - B) do detalhamento da ideia expressa no tópico frasal sobre o grito da menina.
  - C) da comparação entre as brincadeiras da menina e as das crianças mais velhas.
  - D) da explicação dos adultos sobre a situação da garota que tinha a perna engessada.
06. Assinale a alternativa em que o advérbio destacado, apesar da mudança de posição, continua modificando o mesmo elemento sobre o qual incide no trecho: “Uma garota, de uns 10, 12 anos, **talvez**, com uma perna engessada” (linha 12-13).
- A) **Talvez**, uma garota, de uns 10, 12 anos, com uma perna engessada.
  - B) Uma garota, de uns 10, 12 anos, com uma perna, **talvez**, engessada.
  - C) Uma garota, de uns 10, 12 anos, com uma perna engessada, **talvez**.
  - D) Uma garota, **talvez** de uns 10, 12 anos, com uma perna engessada.
07. No início do texto, a autora nos revela uma grande descoberta que impacta sua afilhada. Entre os recursos utilizados para expressar a surpresa da menina com sua descoberta, pode ser apontado (a):
- A) O uso de reticências na representação da fala da menina.
  - B) A descrição da festa de que as personagens participavam.
  - C) A observação de que a menina tinha um sono de qualidade.
  - D) O uso do pretérito imperfeito na descrição das ações da menina.

08. Assinale a alternativa em que o verbo em destaque está conjugado no mesmo tempo e modo verbal que o destacado no trecho: “O que eu **poderia** dizer a você, Catarina?” (linha 27).
- A) “Eu **havia** acabado de segurá-la...” (linha 02).
  - B) “...alguém que ainda **precisava** se esforçar...” (linha 10).
  - C) “...as mentiras não **cessariam**.” (linha 26).
  - D) “A verdade você já **sabia**...” (linha 27).
09. Assinale a alternativa em que a expressão em destaque exerce a mesma função sintática que a destacada no trecho: “Catarina estava **aterrorizada**.” (linhas 10-11).
- A) “... Catarina é **um bebê** com olheiras ...” (linha 06).
  - B) “...ela enrijeceu **o corpo**...” (linha 07).
  - C) “... **tudo isso** eu já tinha ouvido de sua boca bonita.” (linhas 08-09).
  - D) “Nos aproximamos **da garota**...” (linhas 16-17).
10. Assinale a alternativa em que o vocábulo **que** classifica-se do mesmo modo que no trecho: “Comemorávamos a vinda de um bebê **que** ainda morava na barriga da mãe.” (linha 01).
- A) “Eu havia acabado de segurá-la para **que** ela passasse a pequena mão na água da fonte do jardim.” (linha 02).
  - B) “...esperar de alguém **que** ainda precisava se esforçar para falar frases completas.” (linha 10).
  - C) “quando espera **que** eu esclareça alguma novidade do mundo.” (linhas 14-15).
  - D) “Catarina pudesse ver **que** ela parecia bem” (linha 17).

---

## Legislação

11. Os Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 caracterizam-se por sua natureza estruturante do Estado brasileiro. Assinale a alternativa correta.
- A) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República.
  - B) O princípio da separação dos Poderes integra apenas a Organização do Estado, não sendo considerado princípio fundamental.
  - C) Os princípios fundamentais possuem caráter meramente programático e não produzem efeitos jurídicos diretos.
  - D) A prevalência dos direitos humanos é princípio exclusivo das relações internas do Estado brasileiro.
12. No que se refere à organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.
- A) Os Municípios não integram a Federação.
  - B) O Distrito Federal possui Constituição própria.
  - C) Os Estados podem incorporar-se entre si não podendo, contudo, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais.
  - D) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal.

13. Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é correto afirmar que:
- A) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de advertência e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
  - B) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.
  - C) O Código de Ética não se aplica aos ocupantes de cargos em comissão.
  - D) O servidor pode omitir informação quando entender conveniente ao interesse pessoal.
14. Segundo o que determina o Estatuto da Universidade Federal do Ceará pode-se afirmar que:
- A) A autonomia universitária compreende: autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
  - B) Comporá o Conselho Universitário dois representantes das coordenações dos cursos de graduação, escolhidos, com os suplentes, dentre os respectivos coordenadores, sob a coordenação e supervisão da Pró-Reitoria de Graduação.
  - C) A organização e o funcionamento da Universidade rege-se apenas pelas disposições constantes do Estatuto e do Regimento Geral e pelos regimentos específicos, que complementarão o Regimento Geral.
  - D) A Universidade organizar-se-á com observância ao princípio da reserva legal.
15. Segundo o Regimento Geral da UFC, está correto o que se afirma em:
- A) Os órgãos colegiados superiores exercem, primordialmente função julgadora.
  - B) Os colegiados deliberativos da Universidade reunir-se-ão ordinariamente, pelo menos 01 (Uma) vez por semestre, na forma do que seja previsto em regimento ou em normas próprias, e, extraordinariamente, sempre que necessário, respeitados os casos especiais previstos no Estatuto e no Regimento Geral da UFC.
  - C) A hora-crédito não poderá alcançar menos de 50 (cinquenta) minutos de trabalho efetivo, podendo a Universidade determinar, mediante normas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que a sua duração ultrapasse esse limite em atividade de laboratório, de biblioteca, de campo e em outras que venham a ser previstas.
  - D) O ano letivo regular inicia-se em fevereiro e estender-se-á até janeiro do ano seguinte, não podendo nele as atividades escolares ocuparem menos de 100 (cem) dias de trabalho efetivo, excluindo o tempo reservado a exames finais.
16. Depois de uma reunião de especialistas, realizada na Universidade Gadjsh Mada, em Yogyakarta, na Indonésia, entre 6 e 9 de novembro de 2006, 29 eminentes especialistas de 25 países, com experiências diversas e conhecimento relevante das questões da legislação de direitos humanos, adotaram por unanimidade os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação a:
- A) Tráfico Internacional de Crianças e Adolescentes.
  - B) Orientação Sexual e Identidade de Gênero.
  - C) Programa Trabalho Justiça e Cidadania.
  - D) Direito dos Animais.

17. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Para os fins do Decreto Nº 4.377 de 13 de setembro de 2002, a expressão "discriminação contra a mulher" significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.
- B) No Decreto Nº 65.810 de 8 de dezembro de 1969, a expressão “discriminação racial” significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública.
- C) A Convenção 169 da OIT, conhecida como Convenção sobre povos indígenas e tribais de 1989, estabelece que esses povos terão o direito de manter seus costumes e instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais previstos no sistema jurídico nacional e com direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Sempre que necessário, deverão ser estabelecidos procedimentos para a solução de conflitos que possam ocorrer na aplicação desse princípio. A presente Convenção será vinculante para todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho.
- D) Reza o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que para a obtenção dos seus fins, todos os povos podem dispor livremente de suas riquezas e recursos naturais, sem prejuízo das obrigações que derivam da cooperação econômica internacional baseada no princípio do benefício recíproco, assim como do direito internacional. Em nenhum caso, se poderá privar um povo dos seus próprios meios de subsistência.

18. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.
- B) Os concursos públicos podem estabelecer uma idade máxima para seus candidatos, mas essa restrição só é admitida quando a função demanda alta capacidade física ou de risco.
- C) As empresas privadas não podem estabelecer uma idade máxima para seus candidatos, salvo quando a natureza da atividade, de forma técnica e indiscutível, justificar a limitação.
- D) É vedado ao Poder Público criar ou incentivar a preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, por meio de estímulo a novos projetos sociais, por se tratar tal incentivo uma forma disfarçada de discriminação etária.

19. Assinale a alternativa correta.

- A) A pessoa com espectro autista não é considerada pessoa com deficiência na legislação brasileira, nos termos da Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015.
- B) É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, exceto quando há exigência de aptidão plena.
- C) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
- D) A lei instituiu o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas. A utilização do símbolo dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, eventualmente solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente, pois tal exigência descredibiliza a pessoa com deficiência, caracterizando, assim, discriminação.

20. Assinale a alternativa correta.

- A) O Decreto Nº 12.122, DE 30 DE JULHO DE 2024 institui Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, com finalidade de enfrentar todas as formas de violências decorrentes das relações de trabalho, em especial o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação, por meio de:
- I. ações coordenadas de prevenção do assédio e da discriminação, por intermédio de estratégias educativas que abordem a formação e a sensibilização de agentes públicos;
  - II. gestão humanizada nos espaços institucionais, físicos ou virtuais;
  - III. avaliação permanente do ambiente organizacional para assegurar que as ações coordenadas de prevenção de que trata o inciso I promovam as mudanças desejadas;
  - IV. destinação de espaços e criação de mecanismos para promover o acolhimento, a escuta ativa, a orientação e o acompanhamento das pessoas afetadas por assédio e discriminação;
  - V. proteção às pessoas denunciantes contra ações praticadas em retaliação ao exercício do direito de relatar;
  - VI. garantia do sigilo dos dados pessoais dos envolvidos nas denúncias em relação a terceiros, até a instauração formal do processo;
  - VII. procedimentos administrativos disciplinares que resguardem a vítima, em todas as suas fases, com vistas a evitar a revitimização; e
  - VIII. estruturação de instâncias que garantam a efetividade do Programa, com vistas a promover a integração entre as ações dos órgãos e das entidades de que trata o art. 1º, parágrafo único.
- B) A Lei Nº 14.540 de 3 de abril de 2023 institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. O Programa aplica-se a todas as instituições privadas em que haja a prestação de serviços públicos por meio de concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação.
- C) Nos concursos seletivos para ingresso nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, os candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência, nos termos da legislação, concorrerão, exclusivamente, às vagas reservadas pelo programa especial para o acesso às instituições de educação de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como dos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.
- D) Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar, recolhidos os recursos assim arrecadados ao Fundo de Saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços, mesmo que para esse fim tenha de utilizar o patrimônio comum do casal, nos casos de coabitação da vítima com o agressor. Entretanto, os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo Estado.

21. Segundo a Resolução CFP nº 23/2022, atualizada pela Resolução CFP nº 17/2025, a descrição das atividades de especialista em Psicologia Escolar e Educacional é compreendida este campo como:
- A) Uma área de atuação profissional da Psicologia referente à educação e ao processo de ensino-aprendizagem em todas as modalidades do sistema educacional estritamente formal.
  - B) Uma área que utiliza métodos, técnicas e instrumentos adequados para subsidiar a formulação e o replanejamento de planos escolares, bem como para avaliar a eficiência de programas educacionais.
  - C) Uma área que atua nas ações e projetos de enfrentamento dos preconceitos e da violência, utilizando exclusivamente a especificidade do saber psicológico na perspectiva da orientação individualizada.
  - D) Uma área que atua na elaboração de procedimentos educacionais adequados à individualidade de discentes, independentemente da interlocução com professores e equipe técnica.
22. A Resolução CFP nº 001/2009 aborda a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos e defende que:
- A) Fica proibido ao usuário ou representante legal o acesso integral às informações registradas, pelo psicólogo, em seu prontuário.
  - B) Os registros só podem ser realizados no formato de prontuário, estando proibida a utilização de registro documental em papel ou informatizado.
  - C) Para atendimento em grupo não eventual, o psicólogo deve manter, além dos registros dos atendimentos, a documentação individual referente a cada usuário.
  - D) Quando em serviço multiprofissional, o registro não deve ser realizado em prontuário único.
23. Segundo a Resolução CFP nº 06/2019, na elaboração de documento psicológico, a(o) psicóloga(o) baseará suas informações na observância do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Desta forma, é correto afirmar que:
- A) É dever da(o) psicóloga(o) elaborar e fornecer documentos psicológicos apenas quando finalizado um processo de avaliação psicológica.
  - B) Sempre que a prática profissional exigir, o uso de instrumentos, técnicas psicológicas e experiência profissional pode sustentar modelo institucional e ideológico de segregação dos diferentes modos de subjetivação.
  - C) A(O) psicóloga(o) deve prestar serviço responsável e de qualidade, observando os princípios éticos e o compromisso social da Psicologia, de modo que a demanda, tal como formulada, seja compreendida como efeito de uma situação de pequena complexidade.
  - D) Sempre que o trabalho exigir, poderá a(o) psicóloga(o), mediante fundamentação, intervir sobre a demanda e construir um projeto de trabalho que aponte para a reformulação dos condicionantes que provocam o sofrimento psíquico, a violação dos direitos humanos e a manutenção ou prática de preconceito, discriminação, violência e exploração como formas de dominação e segregação.
24. “[...] documento que certifica, com fundamento em um diagnóstico psicológico, uma determinada situação, estado ou funcionamento psicológico, com a finalidade de afirmar as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita.” (Resolução CFP nº 06/2019). Qual das modalidades de documentos psicológicos foi descrita?
- A) Atestado Psicológico
  - B) Parecer Psicológico
  - C) Laudo Psicológico
  - D) Declaração

25. Sobre o relatório multiprofissional (Resolução CFP nº 06/2019), é correto afirmar que:
- A) As informações para o cumprimento dos objetivos da atuação multiprofissional devem ser registradas no relatório, independentemente do que institui o Código de Ética Profissional do Psicólogo em relação ao sigilo.
  - B) É resultante da atuação da(o) psicóloga(o) em contexto multiprofissional, podendo ser produzido em conjunto com profissionais de outras áreas, trabalho em que não são consideradas a autonomia e a ética profissional dos envolvidos.
  - C) Esta modalidade de documento contempla a atuação em equipes multiprofissionais e permite a elaboração conjunta, a responsabilidade compartilhada e referenciais interdisciplinares, resguardando-se a autonomia das demais categorias profissionais e do contexto de cada serviço/equipe multiprofissional.
  - D) É obrigatório à(o) psicóloga(o) destacar, ao final do relatório multiprofissional, que este não poderá ser utilizado para fins diferentes do apontado no item de identificação, que possui caráter sigiloso, que se trata de documento extrajudicial e que não se responsabiliza pelo uso dado ao relatório multiprofissional por parte da pessoa, grupo ou instituição, após a sua entrega em entrevista devolutiva.
26. No Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Lei nº 14.914/2024, NÃO CONSTA entre os seus objetivos:
- A) Construir uma cultura inclusiva, acolhedora, antimanicomial, humanista e não violenta.
  - B) Implementar disciplinas sobre sofrimento psíquico e saúde mental nos currículos dos cursos de graduação.
  - C) Acolher e acompanhar as pessoas em sofrimento psíquico ou com transtornos mentais, propiciando pertencimento institucional.
  - D) Consolidar modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária, com valorização do convívio com a família e a comunidade, conforme os regramentos adotados na legislação vigente sobre saúde mental.
27. Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP) – (Resolução CFP nº 010/2005), podemos afirmar que:
- A) Quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo poderá prestar informações, não sendo necessário restringir-se aos dados estritamente necessários.
  - B) Em caso de interrupção do trabalho do psicólogo, por quaisquer motivos, ele não mais deverá zelar pelo destino dos seus arquivos confidenciais, o que deve ficar apenas na responsabilidade da instituição em que trabalhou.
  - C) É dever profissional ter para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade, e, quando solicitado, colaborar com estes, em qualquer situação, mesmo que tenha impedimento por motivo relevante.
  - D) O psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos, compartilhará informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo.
28. Um dos objetivos do Programa Incluir de Acessibilidade na Educação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Lei no 14.914/2024, consiste em:
- A) Assegurar o Ensino de Libras na maior parte de cursos de formação de professores.
  - B) Eliminar barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações que impeçam ou dificultem o acesso das pessoas com deficiência à educação.
  - C) Proporcionar condições de acesso e de utilização a alguns ambientes ou compartimentos específicos das instituições federais aos estudantes com deficiência, desde que sejam adequados para a sua utilização.
  - D) Encaminhar os estudantes com deficiência para os centros especializados para que eles possam receber apoio pedagógico específico, já que os Núcleos de Acessibilidade não trabalham a permanência pedagógica.

29. Sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Lei nº 14.914/2024, é correto afirmar que:
- A) Visa a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e de agir, preventivamente, nas situações de risco de retenção e de evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras ou de outras hipossuficiências associadas à situação de vulnerabilidade social.
  - B) Os programas e as ações da PNAES consideram as especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e as necessidades do corpo discente dessas instituições, sem destaque especial para as situações de vulnerabilidade socioeconômica.
  - C) Um de seus objetivos é colaborar com a manutenção dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e diplomação de estudantes.
  - D) Foi elaborada exclusivamente para a educação pública superior federal, com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes e de conclusão dos respectivos cursos.
30. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 – Atualizado pela Lei nº 14.863/2024), as ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar:
- A) Atenção sexual e reprodutiva, incluindo o direito à fertilização assistida.
  - B) Atendimento psicológico exclusivamente para as pessoas com deficiência, o que não inclui seus familiares e atendentes pessoais.
  - C) Diagnóstico e intervenção precoce ou tardia, realizados por profissionais especialistas que atuem de forma independente em equipes multidisciplinares.
  - D) Promoção de estratégias de capacitação permanente, destinadas exclusivamente às equipes de atenção primária que atuam no SUS, no atendimento à pessoa com deficiência, bem como orientação a seus atendentes pessoais.
31. O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir, Lei nº 12.288/2010) tem como objetivo:
- A) Centralizar a implementação de ações afirmativas pelo governo federal.
  - B) Formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra.
  - C) Promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, mediante adoção de medidas alternativas que diferem das ações afirmativas.
  - D) Garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas, independentemente do cumprimento das metas que não precisam ser necessariamente estabelecidas.
32. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 – Atualizado pela Lei nº 14.863/2024), nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas, EXCETO:
- A) Atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços.
  - B) Disponibilização de provas em formatos acessíveis e de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência.
  - C) Disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação.
  - D) Adoção de critérios iguais de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a similaridade da capacidade linguística da pessoa com deficiência em relação a dos outros candidatos, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.

33. O beneficiário deverá atender ao menos um de alguns requisitos, citados abaixo, para ter acesso ao Programa de Assistência Estudantil (PAE) da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Lei nº 14.914/2024.

- I. ser egresso da rede pública de educação básica;
- II. estar matriculado nas vagas reservadas de que trata a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012;
- III. ser integrante de grupo familiar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, observado o limite de renda bruta familiar mensal per capita de até 1 (um) salário mínimo;
- IV. ser estudante com deficiência a qual requeira acompanhamento pedagógico necessário à sua permanência na educação superior, independentemente de sua origem escolar ou renda;
- V. ser estudante quilombola, indígena ou de comunidades tradicionais;
- VI. ser estudante estrangeiro em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou refugiado.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente os requisitos apontados acima que são preconizados pela PNAES.

- A) Os requisitos I, II e III estão corretos.
- B) Os requisitos I, II, III e IV estão corretos.
- C) Os requisitos I, II, III e V estão corretos.
- D) Todos os requisitos estão corretos.

34. Sobre a educação e a função social da escola, é correto afirmar:

- A) Há neutralidade no ato educativo.
- B) A educação na contemporaneidade se apresenta como permanente e social. Apesar de haver desníveis entre regiões e países, há ideias universalmente difundidas de que a educação se estende pela vida.
- C) A globalização crescente no século XX não impulsionou uma educação internacionalizada, pois os sistemas educacionais dos diferentes países não apresentam uma estrutura básica minimamente parecida.
- D) A função da escola é cada vez mais ensinar a pensar criticamente, o que implica na necessidade de domínio de diferentes metodologias e linguagens, entre as quais não cabe a linguagem da tecnologia.

35. Segundo o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), são assegurados como direitos do jovem à educação:

- A) O jovem tem direito à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição.
- B) A Política Nacional de Educação no Campo diminuirá a oferta de educação para os jovens do campo, de forma a incentivar a migração para os grandes centros urbanos, promovendo melhores oportunidades educativas.
- C) É assegurada aos jovens com deficiência a inclusão no ensino regular em todos os níveis e modalidades educacionais, incluindo o atendimento educacional especializado, sem que haja necessidade de observar as condições de acessibilidade.
- D) É dever do Estado oferecer aos jovens que não concluíram a educação básica programas na modalidade da educação de jovens e adultos, adaptados às necessidades e especificidades da juventude, exclusivo no período diurno, ressalvada a legislação educacional específica.

36. Sobre as complexas relações entre escola, família e comunidade, é correto afirmar que:
- A) Frente a possíveis dificuldades escolares, a discussão coletiva pode facultar novas ideias e ações favorecedoras de uma prática compartilhada que contribua para a qualidade do processo ensino e aprendizagem.
  - B) A construção destas relações necessariamente traz oportunidades de humanização e experiências de uma comunicação autêntica, independentemente do modo como se estabelecem, se de forma dialógica ou autoritária.
  - C) Esta construção é natural e espontânea, pois implica em uma visão de educação que dicotomiza sujeito e contexto, uma vez que se faz uma separação entre o mundo vivido pela criança na família e o mundo vivido na escola.
  - D) A proposta é que o mundo escolar e o mundo familiar sejam compreendidos separadamente na construção da comunidade mais abrangente que envolve escola, família e aluno.
37. A política pública de atenção à saúde do jovem, segundo o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), será desenvolvida em consonância com as seguintes diretrizes:
- A) Reconhecimento do impacto da gravidez planejada ou não, sob o aspecto biomédico, de forma a facilitar a reflexão do jovem em relação a esta temática.
  - B) Desenvolvimento de ações, em paralelo, entre os serviços de saúde e os estabelecimentos de ensino, entre a sociedade e a família, de forma separada em cada contexto, com vistas à prevenção de agravos.
  - C) Garantia da inclusão de temas relativos ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas, à saúde sexual e reprodutiva, com enfoque de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos nos projetos pedagógicos dos diversos níveis de ensino.
  - D) Capacitação dos profissionais de saúde, em uma perspectiva de especialização para cada área de atuação, para lidar com temas relativos à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, inclusive com deficiência, e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, temáticas que são melhor compreendidas dentro da especificidade disciplinar de cada campo de saber.
38. Sobre as possibilidades de trabalho da Psicologia Escolar e Educacional na perspectiva inclusiva, NÃO PODEMOS assinalar como apropriada:
- A) Acompanhamento de estudantes, visando a inclusão e permanência com qualidade de todos e todas no contexto escolar.
  - B) Articulação de serviços para o atendimento do estudante com deficiência, na busca da garantia de seu direito à educação, à saúde e à assistência social.
  - C) Participação em reuniões com docentes e outros profissionais, visando informar para a equipe de docentes da escola sobre o planejamento educacional, previamente definido pelo psicólogo, para a(o) estudante com deficiência.
  - D) Auxílio na construção coletiva dos pontos referentes à Educação Inclusiva do Projeto Político Pedagógico, contribuindo com o plano da escola e desenvolvendo programas e outras situações para promover a apropriação do conhecimento por todos os alunos.
39. Entre as formas de atuação “emergentes”, ainda não consolidadas, da Psicologia na instituição escolar, que se caracterizam por estar vinculadas à dimensão psicossocial e expressam uma compreensão mais ampla das possibilidades de atuação neste contexto, NÃO PODEMOS considerar:
- A) Orientação profissional.
  - B) Realização de pesquisas diversas com o objetivo de aprimorar o processo educativo.
  - C) Facilitação de forma crítica, reflexiva e criativa da implementação das políticas públicas.
  - D) Participação na construção, no acompanhamento e na avaliação da proposta pedagógica da escola.

40. Sobre as transformações sociais, teóricas e epistemológicas que têm levado a novas possibilidades de intervenção psicológica da Psicologia Escolar no Brasil, é correto afirmar que:
- A) A atuação dos psicólogos vinculados ao contexto escolar, durante a evolução deste campo de atuação, nunca esteve fortemente focalizada no diagnóstico, atendimento, orientação e intervenção em relação aos problemas emocionais, de aprendizagem e de comportamento.
  - B) Uma concepção mais ampla da Psicologia Escolar vem se fortalecendo, de forma uníssona, sem polêmicas, sem dúvidas e sem controvérsias, à medida que, dentro da própria Psicologia, vão se consolidando novos enfoques teóricos e epistemológicos.
  - C) Os novos enfoques teóricos desconsideram o indivíduo como parte de sistemas relacionais constituídos cultural e historicamente, porém reconhecem a complexidade das práticas sociais das quais a educação constitui uma expressão.
  - D) As mudanças de paradigma na atuação da Psicologia Escolar têm sido fortemente influenciadas pelo debate crítico, iniciado na década de 80, em relação às formas de atuação orientadas por um modelo clínico-terapêutico que não corresponde às demandas que a realidade social coloca à Psicologia.
41. Sobre os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Superior é correto afirmar que:
- A) Para que ocorra efetivamente a inclusão das pessoas com TEA na IES, é necessária a mudança do paradigma educacional, a fim de reorganizar as práticas pedagógicas, até então homogeneizadoras.
  - B) Características do autismo como, por exemplo, o hiperfoco, as dificuldades na comunicação e nas interações sociais, entre outras, já são devidamente conhecidas e consideradas para o sucesso acadêmico das pessoas com TEA.
  - C) Como as legislações garantem a entrada das pessoas com TEA na academia, as barreiras foram minimizadas, pois não há dificuldade por parte das IES, coordenadores, professores e demais estudantes na compreensão das necessidades e especificidades destas pessoas.
  - D) A responsabilidade pela promoção da inclusão da pessoa com TEA no ensino superior é exclusiva dos Núcleos de Acessibilidade, o que exime as demais pessoas envolvidas no processo formativo, como os docentes, a estrutura de apoio e suporte dos cursos e a família do estudante.
42. As intervenções da Psicologia Escolar e Educacional junto à comunidade universitária NÃO devem se pautar no (na):
- A) Abrangência e inserção em diversos contextos da vida acadêmica e social.
  - B) No modelo de atendimento clínico-terapêutico, de caráter exclusivamente curativo.
  - C) No caráter preventivo, auxiliando alunos, professores, servidores na construção de um projeto educacional qualitativamente superior.
  - D) Na orientação dos atores da instituição, estudantes, professores, gestores e servidores, para a reflexão e implementação de ações que minimizem os obstáculos que se apresentam entre o sujeito e sua aprendizagem.
43. Na perspectiva da Psicologia Histórico Cultural, as intervenções pedagógicas devem contemplar:
- I. Expressão criativa.
  - II. Situações que primem pelo intercâmbio, diálogo e trabalho em grupo.
  - III. Consideração do contexto histórico-cultural em que vivem os sujeitos.
  - IV. Respeito às atividades discursivas do aluno e sua singularidade.
  - V. Aprendizagem mecânica.
- Marque a alternativa que apresenta os itens corretos:
- A) I, II e III.
  - B) II, III e IV.
  - C) I, II, III e IV.
  - D) Todas as alternativas estão corretas.

44. Quanto às demandas e possibilidades de intervenção da Psicologia Escolar e Educacional no Ensino Superior no contexto pós-políticas afirmativas das últimas duas décadas, podemos observar que:
- A) Considerar aspectos acentuados pelas políticas afirmativas, como problemáticas socioeconômicas, defasagens do ensino médio e questões de estudantes trabalhadores, descaracterizam e diminuem o foco, a qualidade e o impacto das intervenções psicológicas.
  - B) Para se adequar à realidade e necessidade do público atendido, os serviços de Psicologia Escolar e Educacional aplicados não precisam ser avaliados pelos estudantes, pois a intervenção desta área já é consolidada em várias universidades e as outras realidades balizam estas intervenções.
  - C) Conhecer as características psicossociais do novo público de universitários pós-políticas afirmativas é fundamental para uma atuação da Psicologia Escolar e Educacional que promova intervenções com impacto favorável para a permanência efetiva destes estudantes no contexto acadêmico.
  - D) As ações devem ser implementadas segundo os modelos e técnicas do saber psicológico, da forma como tradicionalmente se desenvolveram nas universidades brasileiras, a fim de manter a sua qualidade e coerência, pois adaptações a este novo público pós-políticas afirmativas são desnecessárias.
45. Na relação com os diversos atores institucionais da Universidade, a atuação em Psicologia Escolar e Educacional deve:
- A) Abster-se da tomada de decisões que contemplam a criação de ações inovadoras para o enfrentamento dos problemas que afetam o ambiente acadêmico, já que o seu campo é restrito às intervenções psicológicas.
  - B) Focar no seu papel de acompanhar os casos clínicos individuais, realizando encaminhamentos externos e internos à instituição, restringindo o contato com os diferentes atores institucionais aos encaminhamentos dos casos.
  - C) A partir do conhecimento sobre as situações promotoras e impeditivas da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes no ambiente acadêmico, desenvolver parcerias com docentes e gestores, favorecendo a articulação das ações de melhoria da vida acadêmica.
  - D) Participar, somente em caráter emergencial, de reflexões e debates para o enfrentamento dos problemas que afetam o ambiente acadêmico.
46. Sobre o pensamento formal e o pensamento pós-formal, derivados da teoria piagetiana e pós-piagetiana, é correto afirmar que:
- A) O pensamento que os adolescentes possuem é similar, em todos os aspectos, ao pensamento dos adultos.
  - B) O pensamento formal é um pensamento universal que se consolida em todos os adolescentes, aos 14 ou 15 anos.
  - C) O desenvolvimento do pensamento formal e pós-formal independe das estratégias pedagógicas utilizadas. Desta forma, as atividades criativas, com estímulo à reflexão, por meio de questionamentos das respostas dos estudantes e da apresentação de exemplos, em uma relação de diálogo entre professor e aluno, são ineficazes.
  - D) Alguns traços típicos do pensamento pós-formal permitem lidar com maior facilidade, do que nos estágios anteriores, com aspectos como relativismo, contradição, intuição procedente do acúmulo de experiência, capacidade de síntese e de lidar com a incerteza, flexibilidade e abertura para novas informações, favorável disposição diante do novo e do desconhecido.
47. Na concepção de Wallon, as práticas pedagógicas realizadas nos ambientes educacionais devem:
- A) Impulsionar a construção e afirmação da identidade grupal em detrimento da identidade pessoal.
  - B) Trabalhar as dimensões motora, afetiva e intelectual, favorecendo o desenvolvimento da pessoa.
  - C) Promover atividades que facilitem a expressão emocional e motora, inibindo a expressão verbal.
  - D) Apresentar conteúdos que privilegiem a construção do eu (subjetividade) em detrimento da construção do mundo (objetividade).

48. Sobre os diversos fatores intervenientes no desenvolvimento humano nas teorias da Psicologia do Desenvolvimento, é INCORRETO afirmar que:
- A) Podem ser considerados fatores que interferem no desenvolvimento humano: crescimento orgânico e maturação do sistema nervoso e endócrino; exercício e experiência; interação e transmissões sociais; mecanismo reguladores.
  - B) Para os três teóricos, Piaget, Vigotski e Wallon, nenhum dos fatores intervenientes pode ser compreendido isoladamente, de forma que para entender o desenvolvimento humano, precisamos estar atentos à interação entre estes condicionantes.
  - C) Apesar de Piaget ter sistematizado os fatores de forma mais organizada, os autores Vigotski e Wallon também fizeram referência aos intervenientes, porém com denominações e compreensões teóricas diferentes, em acordo com cada teoria do desenvolvimento.
  - D) Para Piaget, o mecanismo regulador é a equilíbrio; para Vigotski, o mecanismo regulador é a oposição funcional; e para Wallon, o mecanismo regulador é a apropriação.
49. Sobre orientação profissional para estudantes universitários, é correto afirmar que:
- A) A orientação profissional é desnecessária, já que este processo de escolha e definição dos rumos profissionais já foi concluído com a entrada no Ensino Superior.
  - B) Temáticas, tais como autoconhecimento, avaliação de competências e necessidades, e preparação para busca de oportunidades, não fazem nenhum sentido para os alunos concludentes.
  - C) No período final da formação, os alunos necessariamente estão seguros devido ao aumento do sentimento de responsabilidade, desaparecendo os sinais de impotência e aumentando a sensação de saber enfrentar o mundo do trabalho.
  - D) Os alunos podem enfrentar sentimentos de solidão, insegurança e dificuldades em fazer a transição entre o mundo acadêmico e o mundo profissional, o que evidencia a importância da orientação profissional e de carreira para jovens universitários.
50. Sobre a intervenção da Psicologia Escolar e Educacional na mediação de conflitos, cabe destacar que:
- A) A técnica de programa de mediadores estudantis possibilita que os próprios estudantes adquiram habilidades de resolução de conflitos entre seus pares.
  - B) Os conflitos são processos que ocorrem raramente, mesmo quando pessoas com interesses e personalidades distintas convivem em ambientes educacionais.
  - C) A mediação de conflitos é positiva de todas as formas, gerando oportunidade de aprendizagem, de desenvolvimento de habilidades e valores, mesmo quando a mediação é conduzida de forma parcial, impositiva, centralizada e hierárquica.
  - D) As técnicas de mediação de conflitos no ambiente educacional, tais como escuta ativa, reuniões de resolução de problemas, círculos restaurativos, contratos de convivência, podem ser aplicadas com eficácia comprovada em grupos de diferentes ambientes educacionais, independentemente da qualidade das relações grupais que ali se estabelecem.